

Reginâmio Bonifácio de Lima
Luciana Pereira Ogando
Débora Souza do Nascimento

(Orgs.)

Uma
HISTÓRIA
do **ACRE**
em Retalhos



Edufac

3.ª Edição
Revista e Ampliada

Uma história do Acre em retalhos

Reginâmio Bonifácio de Lima, Luciana Pereira Ogando,
Débora Souza do Nascimento (Orgs.)

ISBN 978-85-8236-125-2 (Digital)

ISBN 978-85-8236-126-9 (Físico)

Editora da Universidade Federal do Acre - Edufac
Rod. BR364, KM04 • Distrito Industrial
69920-900 • Rio Branco • Acre – E-mail: edufac@ufac.br



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Diretor da Edufac

Gilberto Mendes da Silveira Lobo

Coordenadora Geral da Edufac

Ângela Maria Poças

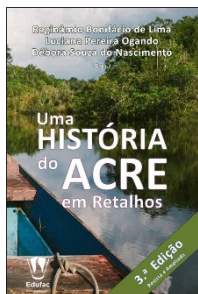
Conselho Editorial (Consedufac)

Adcleides Araújo da Silva, Adelice dos Santos Souza, André Ricardo Maia da Costa de Faro, Ângela Maria dos Santos Rufino, Ângela Maria Poças (vice-presidente), Alexsandra Pinheiro Cavalcante Costa, Carlos Eduardo Garção de Carvalho, Claudia Vanessa Bergamini, Délcio Dias Marques, Francisco Aquinei Timóteo Queirós, Francisco Naildo Cardoso Leitão, Gilberto Mendes da Silveira Lobo (presidente), Jäder Vanderlei Muniz de Souza, José Roberto de Lima Murad, Maria Cristina de Souza, Sheila Maria Palza Silva, Valtemir Evangelista de Souza, Vinícius Silva Lemos

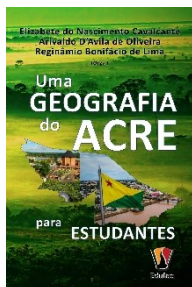
Coordenadora Comercial • Serviços de Edição

Ormifran Pessoa Cavalcante

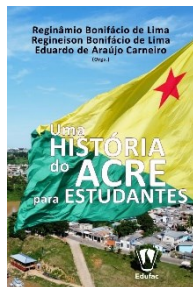
Coleção “O Acre em Recortes”



Volume I



Volume II



Volume III

Obras Publicadas

- 1 – Uma história do Acre em retalhos (2014):
2ª impressão (2014); 3ª impressão (2016);
2ª edição (2022); 3ª edição (2025).
- 2 – Uma geografia do Acre para estudantes (2024);
2ª impressão (2025);
- 3 – Uma história do Acre para estudantes (2024);
2ª impressão (2025).



Projeto Gráfico e Capa

Reginâmio Bonifácio de Lima

Revisão de Texto

Emily Vitória Vasconcelos da Silva

Revisão Técnica

Maria José Ricardo de Lima e Hélio Camilo Rosa

Primeira Edição 2014 (Edufac/Graf-set)

2ª. impressão: 2014 3ª impressão: 2016

Segunda Edição: 2022 (Edufac/Fábrica do livro)

Terceira Edição: 2025 (Edufac/Fábrica do livro)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673

Uma história do Acre em retalhos / Reginâmio Bonifácio de Lima, Luciana Pereira Ogando, Débora Souza do Nascimento (Org). – 3ª ed. – Rio Branco: Edufac, 2025.
84 p. : il.

Autores dos Textos e Retalhos: (Alunos do 8º e 9º ano do Ensino Fundamental do Colégio de Aplicação / 2014)

ISBN: 978-85-8236-125-2 (Digital)

ISBN: 978-85-8236-126-9 (Físico)

1. Acre – História. I. Título.

CDD 22. ed. 981.12

Bibliotecária: Tábata Nunes Tavares Bonin / CRB 11-935

APOIO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE RIO BRANCO, ATRAVÉS DA
FUNDAÇÃO DE CULTURA GARIBALDI BRASIL

AUTORES DOS TEXTOS E RETALHOS

Alunos do 8º e 9º ano do Ensino Fundamental do CAp/2014

Adrya Vitoria Mota Braun
Angela Celeste Abud S. Maior
Bruna Lima de Queiroz
Brunna Clara Oliveira de Souza
Chrislyne Saldanha dos Reis
Diego Henrique S. Cavalcante
Dislan José de Souza Melo
Gabriela Miki Lopes Yanai
Geovana Carneiro Silva
Gessinaldo P. Monteiro Junior
Hellen Santos de Freitas
Laura Leite Carneiro
Luana Adriano Rocha
Ludmila Gomes
Mirian Bezerra de Abreu
Paulo Vitor Nascimento da Silva
Pedro Henrique Braga Santos
Raquel Onorato de Lima
Rayane Cavalcante dos Santos
Sarah Castro Lima
Thaís Cristina Carvalho da Costa

ALUNOS COLABORADORES NOS ESTUDOS E PESQUISAS

Colaboradores da Turma 81/2014

Adryan, Alice, Amanda Victória, Ariel, Barbara, Bruna, Camila, Davi, Francisca Yasmin, Jean Felipe, Johnny, Julia, Kenno, Laressa, Larissa, Layron, Letícia, Matheus, Maurício, Mirla, Neydson, Sara, Taina, Thais, Yasmin.

Colaboradores da Turma 91/2014

Alanis, André, Aylison, Evelyn, Fabiane, Gabriel, Gabriela, Geovana, Isabela, João Victor, Kalieny, Kathiellen, Luanna, Matheus, Melrielly, Otávio, Rafael, Sheryda, Tallys, Victória, Vitor, Vytor, Willian.

Colaboradores da Turma 92/2014

Alaice, Alice, Andreian, Carlos Eduardo, Carlos Magno, Daniel, Jhonatan, João Otavio, João Paulo, Julia, Karen, Laura, Marcos Guilherme, Marcos Vinícius, Rilory, Ruan, Ryslame, Thiago, Thyago, Valdemar, Ygor.

APRESENTAÇÃO À TERCEIRA EDIÇÃO **Pluralidades Convexas**

Sobrevivemos à pandemia do Corona vírus e o Brasil vive hoje o maior surto de dengue do século XXI. Alguns de nossos parentes, amigos e colegas foram ceifados precocemente, outros ainda sofrem com as sequelas da Covid-19 – outros morrem por dengue.

Já se passaram 11 anos desde a primeira edição deste livro “feito por alunos do Ensino Fundamental para alunos do Ensino Fundamental”. Agora, estamos fazendo uma Coleção de trabalhos de Estudantes da Educação Básica para somar a este que foi produzido originalmente em 2014. “O Acre em recortes” promete novos olhares sobre as terras da Amazônia Sul-Occidental.

Ficamos muito felizes com os textos produzidos pelos alunos em 2014. Estes, a partir de recortes, conseguiram exprimir “uma história do Acre em retalhos”. Dizemos “uma” porque a história é plural e temos consciência disso. Neste trabalho descritivo, pontual e produzido por estudantes da Educação Básica para o Ensino Fundamental, há a intenção de citar acontecimentos, não de analisá-los. Nossos alunos, no futuro, conseguirão fazê-lo com a maturidade necessária.

Queremos deixar claro que o Acre de Galvez é o mesmo de Neutel Maia; o Acre de Plácido de Castro é o mesmo de Gabino Besouro; o Acre de José Augusto é o mesmo de Edgard Cerqueira; o Acre de Chico Mendes é o mesmo de Darli Alves.

Inauguramos, em 2014, uma fase: a do livro de bolso com relatos singelos. O menor livro produzido no Acre em formato 7,0 por 4,5 centímetros traz à tona possibilidades. Não “a história do Acre”, mas uma “possibilidade” que se fez chegar até nós por aqueles que tiveram suas vozes ouvidas ante aos conflitos e discordâncias.

Uma nova fase se inicia: a dos óculos. Onze anos se passaram. Nossos pequeninos que fizeram os rascunhos deste livro já se formaram na Faculdade. O tempo passou e com ele, a visão já não é a mesma que antes. Quisemos continuar com o livro de bolso, mas, desta vez, em formato um pouquinho maior: 15 por 10 centímetros. Foram três impressões da primeira edição – mais de 2.000 exemplares disponibilizados à comunidade escolar.

Nesta terceira e última edição, escolhemos, de propósito, seguir a mesma intenção de não modificar o texto, apenas com

nossos alunos do CAp, turmas 2023 e 2024 atualizamos alguns dados do novo Censo do IBGE. Em 2025, continuamos a parceria com a Edufac, além dos exemplares em papel, estamos inovando com o livro digital, em acesso gratuito, ampliando ainda mais o leque de leitores. Nosso agradecimento ao professor Eduardo Carneiro pela cessão de seus esquemas e infográficos já utilizadas por nossos estudantes em 2014 e que agora podem ser publicados.

A proposta nunca foi ser o melhor livro de história do Acre. Temos o objetivo de produzir e apresentar uma obra produzida por estudantes da Educação Básica para estudantes do Ensino Fundamental. A metodologia utilizada foi a e análise bibliográfica correlacionada com a metodologia da pesquisa-ação, de Michael Thiollent. Quisemos e queremos “trazer à memória aquilo que nos dá esperança”, quem sabe ser o lembrete, a possibilidade, a projeção com muitos espaços em branco onde cada um possa contribuir e somar para que tenhamos acesso às histórias vividas e sonhadas nesta terra “abençoada por Deus e bonita por natureza”.

Prof. Reginâmio Bonifácio de Lima

PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO

Bem-vindos ao Brasil acreano

O Acre, último rincão a compor a enorme colcha de retalhos brasileira, é o lugar da pluralidade. Seringueiros-nordestinos, índios das mais diversas etnias, negros de várias nações, sírio-libaneses, centro-sulistas, e tantos outros, vêm, ao longo dos anos, construindo o enorme mosaico acreano.

Diante dessa multiplicidade, os alunos do Colégio de Aplicação da Ufac ousaram a feliz escolha do título deste minilivro, que traz consigo o charme de ser a menor obra já publicada no Acre. E o encanto de "Uma História do Acre em Retalhos" não reside somente nesta faceta, mas, principalmente, no fato de ser este um livro escrito por alunos do Ensino Fundamental para alunos do Ensino Fundamental.

Diante da originalidade da iniciativa, só nos resta parabenizar os Professores Reginâmio Lima, Luciana Ogando e Débora Souza pelo excelente trabalho que desenvolveram com seus alunos. Esta obra comprova a importância de nosso Colégio de Aplicação enquanto local de desenvolvimento de práticas educacionais inovadoras.

Maria I. G. C. Bonifácio

Editora de Publicações – Edufac

UWÁKÜRÜ (UAQUIRI)

O nome de origem Aruák, pelo qual os Apurinãs chamavam o rio em que se situam as terras que atualmente formam Rio Branco, tem algumas traduções: “rio dos jacarés”, “rio verde”, “rio sossegado”.

Acre, por sua vez, tem dois significados modernos: do português, significa de sabor “azedo”, “amargo”, “de cheiro forte”; do árabe, Akko, apocopação de Adkko (“terra até aqui”), significa “terra da luz”.

AS GENTES DA TERRA: OS INDÍGENAS

Os primeiros habitantes da Amazônia chegaram por volta de 10.000 a.C. Em 1616, cerca de 6 milhões de indígenas habitavam a região, desde antes da chegada dos portugueses.

Nas terras que se tornariam o Acre, na segunda metade do século XIX, viviam cerca de 150 mil indígenas, distribuídos em 50 etnias. Dentre outros, habitavam as terras acreanas os seguintes povos indígenas: Jaminawa, Kampa, Machineri, Jaminawa-Arara, Ashaninka, Kapechene, Kanamari, Maniteneri, Bendiapa, Tucinawa, Shawādawa, Kapanawa, Nawá, Masco, Senche, Yanavo, Shanenawa, Sipinawa, Kaxinawa (Huni Kui), Ararawa, Marinawa, Yubanawa, Puyanawa, Amahuaka, Aninawa, Contakiro, Katiana, Koto, Madijá (Kulina), Katukina, Kufigeneri, Kuntanawa, Nukini, Yaminawa, Yawanawá e Sainawa.

Eles viviam da pesca, da coleta de frutos e da agricultura, possuindo bom domínio da técnica de cerâmica e do artesanato.

Os primeiros contatos com os brancos ocorreram quando das expedições de comerciantes vindos do Amazonas em busca das “drogas do sertão”.

As Terras Indígenas somam uma área aproximada de 14,56% da extensão territorial do estado, perfazendo um total de 2.390.112 hectares, sendo que das 580 terras indígenas do Brasil, 31 localizam-se no Acre. O estado é a unidade da federação com maior diversidade biológica e étnica, 3% de toda a população indígena do Brasil vive em território acreano, correspondendo a 14 povos indígenas em 31 etnias, espalhados por 209 aldeias, totalizando 19.962 indígenas aldeados, sem contar os isolados e os que vivem nas cidades.

A OCUPAÇÃO ESPANHOLA DO VALE AMAZÔNICO

Desde antes de 1492, as Coroas espanhola e portuguesa viviam em conflito por terras. A América já havia sido “encontrada” e as atenções do mundo se voltavam para as terras a oeste da Europa, por conseguinte, para o território onde hoje está situada a Amazônia. Isso resultou no Tratado de Tordesilhas, que foi assinado em 07 de junho de 1494. Esse tratado dividiu as terras entre as potências náuticas ibéricas de Portugal e Espanha – deixando as demais nações europeias de fora da partilha.

Desde as primeiras expedições os europeus se encantaram com a Amazônia: com Vicente Yañes Pizón (1500), denominando o grande rio de “Rio de Santa Maria de La Mar Dulce”; seguido por Francisco Orellanas (1540 – 1542), Pedro de Ursua e Lope de Aguirre (1560 – 1561), Pedro Teixeira (1637 – 1639), indo e voltando de Belém a Quito no Peru.

A OCUPAÇÃO PORTUGUESA DO VALE AMAZÔNICO

Portugal “descobre” o Brasil no dia 22 de abril de 1500 d.C., e, sai em busca das drogas do sertão, principalmente na Amazônia. Depois da conquista de São Luís do Maranhão, o Capitão-mor da Capitania do Rio Grande do Norte, Francisco Caldeira de Castelo Branco, partiu em 25 de dezembro de 1615 para a foz do rio Amazonas. Em 12 de janeiro de 1616 foi levantado uma pequena construção de madeira e palha batizada de “Forte do Presépio de Belém”.

O estado do Maranhão e Grão-Pará foi criado por carta régia em 13 de junho de 1621. Ele era independente do Estado do Brasil, tinha como capital São Luís do Maranhão, estava diretamente subordinado à Lisboa e compreendia os atuais estados do Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas.

Essa empreitada, rumo “aos sertões”, deu origem a “ocupação” territorial e ao Tratado de Madri, que foi assinado em 13 de janeiro de 1750.

O Tratado de Santo Ildefonso, de 10 de outubro de 1777, confirmou o Tratado de Madri e devolveu a Portugal a ilha de Santa Catarina, ficando com a Espanha a Colônia de Sacramento e a região dos Sete Povos. Ambos os tratados, porém, não especificaram na delimitação a área referente ao Acre.

Por essa época, o mundo voltava-se extasiado para a descoberta de uma infinidade de artefatos que podiam ser feitos a partir da borracha. Com o uso da terebintina, houve um avanço na qualidade da consistência da borracha e um conseqüente incremento na produção.

O ENTRADISMO E A NASCENTE DO RIO JAVARI

Durante a União Ibérica do século XVII, no ano de 1640, o jesuíta espanhol Cristóbal de Acuña, relatou que Pedro Teixeira fez a tomada de posse para a Coroa Portuguesa das terras onde se situava a nascente do Rio Javari.

Esse empreendimento expedicionário oficial, em cumprimento às ordens do governador da província do Grão-Pará, ao fixar a fronteira a mais de 2.500 km da foz do Rio Amazonas, tratou de assegurar para os portugueses a posse da maior parte do principal rio e das terras da Amazônia, antes que ocorresse a separação das coroas e Portugal voltasse a ter um rei.

AS EXPEDIÇÕES NA AMAZÔNIA

A colonização e a conquista das terras indígenas na região amazônica tiveram como motivação a busca de riquezas minerais e vegetais e da consolidação de um sistema de produção mercantilista.

Os rios da Amazônia, durante os séculos XVI e XVII, foram explorados por Vicente Pinzón (1460-1523) Francisco de Orellana (1490-1546) e outros navegadores.

As expedições espanholas

Até por volta de 1570, em torno de 24 expedições espanholas tentaram penetrar na Amazônia. Duas delas percorrem totalmente a calha do Rio Solimões – Amazonas: a de Francisco de Orellana (1542) e a de Pedro de Ursúa e Lopo de Aguirre (1560-1561). O objetivo era encontrar formas de produzir e/ou encontrar especiarias para competir com os portugueses.

As expedições portuguesas

Com a União Ibérica, os portugueses receberam ordens para empreenderem a conquista do oeste da Amazônia, que já estava sob posse espanhola. A expedição de Pedro Teixeira (1637-1639), composta por 47 canoas, 70 portugueses, cerca de 2 mil indígenas remeiros e flecheiros e tendo como guias Brieba e Toledo, chegou a Quito em 12 meses, resultando no domínio português de um vasto território na região amazônica.

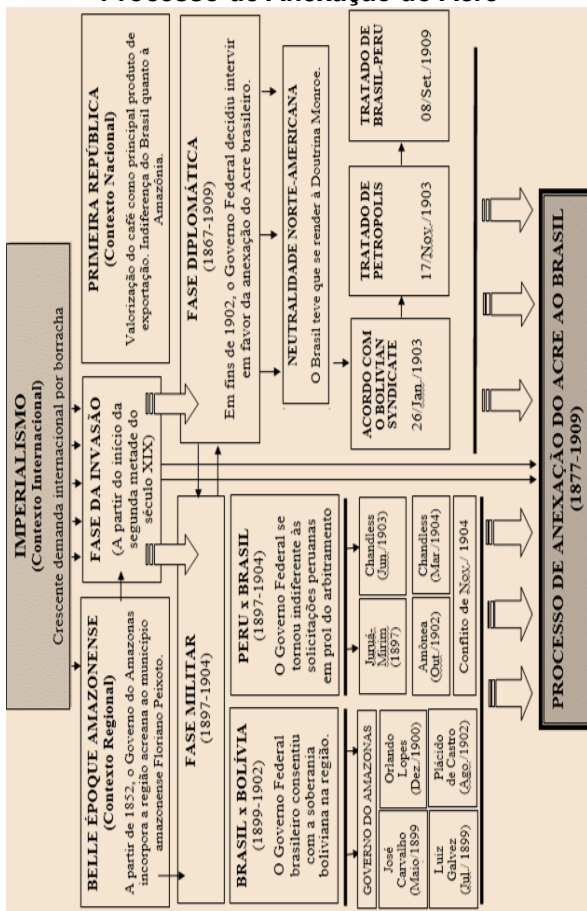
As expedições na Amazônia Sul-Occidental

A primeira expedição de que se tem notícia, na região dos rios Madeira e Javari, é datada de 30 de abril de 1753. Trata de uma Ordem Real de D. José I dada a Francisco Xavier de Mendonça Furtado – governador do Grão-Pará. A segunda expedição, de 23 de novembro de 1758, foi liderada por Antônio Rolim de Moura. Essas expedições tinham como objetivo definir as áreas de fronteiras na Amazônia entre Portugal e Espanha.

EXPEDIÇÕES NA REGIÃO ACREANA

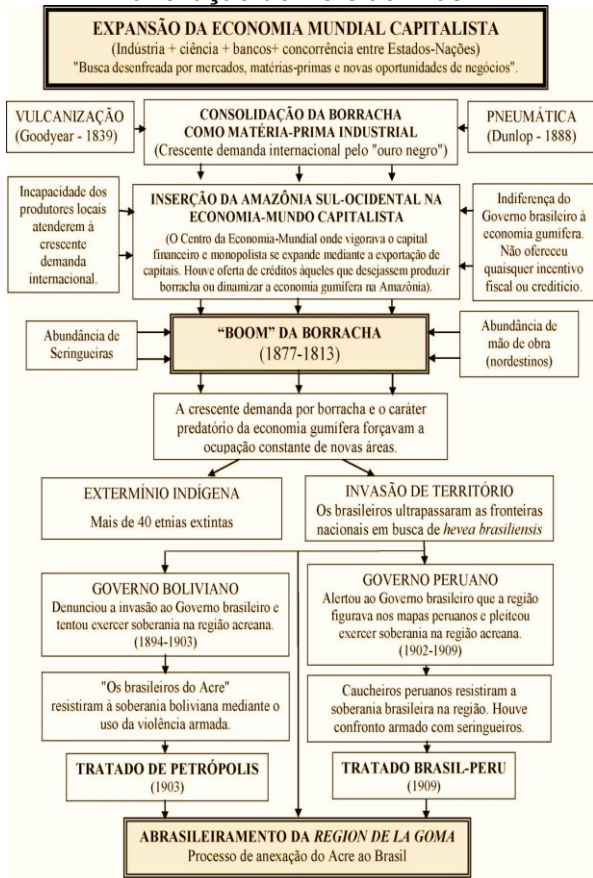
Em 1852, foi realizada uma expedição a partir de Cametá, buscando a “pacificação” de indígenas e exploração das terras que viriam a ser chamadas de acreanas. Na intenção de encontrar especiarias – também denominadas “drogas do sertão” - para comercializar, várias expedições foram realizadas na região acreana: a de João Rodrigues de Cametá, de Serafim Salgado, de Manuel Urbano da Encarnação, de João de Cunha Correia e a de William Chandless. Com o término das expedições, a Amazônia estava aberta para a exploração.

Processo de Anexação do Acre



Fonte: Carneiro, 2014.

A Expansão da Economia Mundial e a anexação do Acre ao Brasil



Fonte: Carneiro, 2014.

O VAPOR E O RIO

Com a introdução de barcos a vapor, em 1853, e a abertura do Rio Amazonas à navegação internacional, em 1866, a comercialização da borracha aumentou consideravelmente. A Europa estava vivenciando o início da Revolução Industrial e o mundo em industrialização estava querendo usufruir as riquezas da Amazônia. Várias estratégias garantiram o vale amazônico à coroa portuguesa, dentre elas, a assinatura do Tratado de Ayacucho, em 27 de março de 1867.

A demanda para a exploração da borracha existia desde 1839, mas somente foi suprida com a grande seca do Nordeste em 1877. Em 23 de setembro de 1898 o Governo brasileiro ratificava o reconhecimento da área sob litígio (Amazônia) como sendo boliviana.

A ORIGEM DA CIDADE DE RIO BRANCO

Rio Branco teve vários marcos temporais. Sua criação está ligada a vários acontecimentos ocorridos nas terras que ficam às margens do rio Acre. Existem vários marcos para Rio Branco e a interpretação de quando esses se deram leva a grandes debates.

Em 1882, à margem esquerda do Rio Acre, por iniciativa do cearense Neutel Newton Maia, foi fundado o Seringal Empreza, em terras oficialmente pertencentes à Bolívia. Dezenas de outros seringais também foram criados nessa época.

Durante o conflito, em 1903, a localidade foi escolhida pelo General Olímpio da Silveira para ser a sede do Governo Setentrional do Acre e da Divisão do Exército Brasileiro. Em 22 de agosto de 1904, foi elevada à categoria de vila com o nome de “Volta da Empreza”, cuja sede situava-se à margem direita do Rio Acre.

Através do Decreto Federal n.º 5.188, de 07 de abril de 1904, foram divididos os departamentos e em 07 de setembro de 1904, a vila tornou-se a sede provisória do Departamento do Alto Acre.

De 1903 a 1912 o nome da localidade oscilou de Penápolis (em homenagem ao presidente Afonso Pena) a Rio Branco (em homenagem ao Barão de Rio Branco). O Decreto Federal n.º 9.831, de 23 de outubro de 1912, dá fim à questão ao elevar a localidade a categoria de cidade e nominar Rio Branco como sede do Departamento do Alto Acre.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA DE RIO BRANCO

Elevado à categoria de vila com a denominação de Volta da Empresa, pelo Decreto do Prefeito n.º 3, de 22/08/1904.

Elevado à condição de cidade e sede municipal com a denominação de Rio Branco, pelo Decreto do Prefeito n.º 7, de 07/09/1904.

Elevado à categoria de sede com a denominação de Rio Branco, pelo Decreto Federal n.º 5.188, de 07/04/1904. Constituído de 3 distritos: Rio Branco, Capatará e Riozinho. Instalado em 18/08/1904.

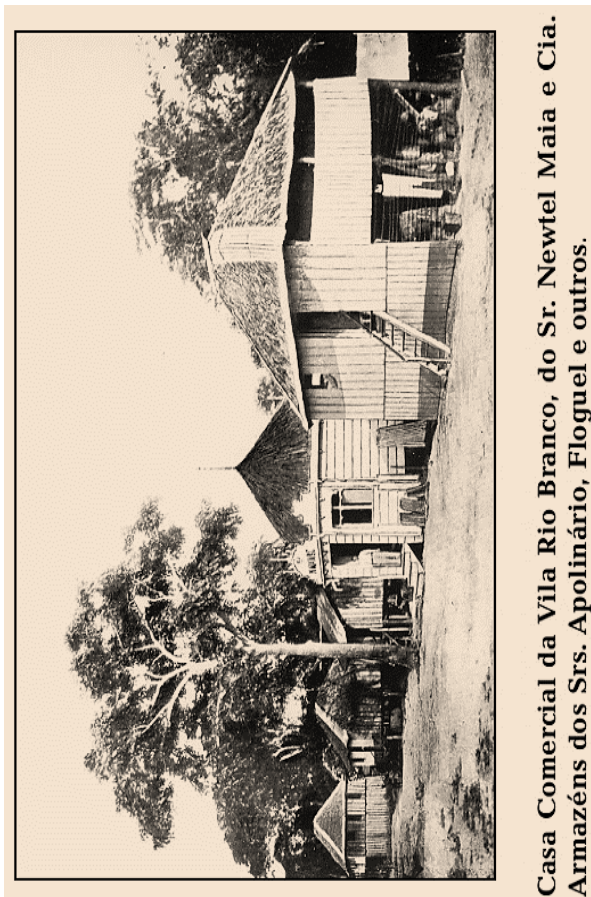
Pela Resolução n.º 9, de 13/05/1909, deixou de ser sede do município transferido para vila de Penápolis.

Pelo Decreto Federal n.º 9.831, de 23/10/1912, voltou à condição de sede do município com a denominação de Rio Branco. Instalado em 15/02/1913.

Pelo Decreto Federal n.º 14.383, de 01/10/1929, manteve o município com a mesma denominação, elevou a sede à categoria de capital do território.

Em divisões territoriais datadas de 31/12/1936 e 31/12/1937, o município aparece constituído de 15 distritos: Rio Branco, Antimari, Campo Belos, Capatará, Catuaba, Deposito do Inquiri, Humaitá, Itu, Marechal Deodoro, Niterói, Plácido de Casto, Porto Acre, São Francisco do Riozinho, Triunfo e Vila Rica.

Casa comercial de Newtel Maia e Cia.



**Casa Comercial da Vila Rio Branco, do Sr. Newtel Maia e Cia.
Armazéns dos Srs. Apolinário, Floguel e outros.**

Fonte: Álbum do Rio Acre, [1907] 2021.

NEGROS NO ACRE

O período que precedeu a abolição da escravatura foi marcado por várias leis e conflitos intentando o fim da escravidão: a Lei Eusébio de Queirós, a Lei do Ventre Livre, a Lei dos Sexagenários e a Lei Aurea. Oficialmente a escravidão no Brasil se encerrou em 13 de maio de 1888, mas nas matas da Amazônia Sul-Ocidental ela perdurou até meados do século XX – com a conivência do estado.

A população negra teve importante participação na formação étnica da população acreana. A presença negra no Acre remonta ao final do século XIX e início do XX. As pessoas negras nas terras acreanas têm sido ideologicamente invisibilizadas pela falta de registros sobre sua contribuição na formação étnica, econômica e social.

A história das pessoas negras no Acre se confunde em muito com a história do Brasil. A Construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, nas terras de Guaporé, atual Rondônia, que deveria ter sido construída para o transporte de borracha no início do século XX, deixou “um saldo fúnebre de 6.208 mortos apenas entre 1907 e 1912”, além de vários “negros” que, fugindo das péssimas condições de trabalho, se deslocaram para as terras acreanas. De igual modo, os

participantes da revolta da chibata foram quase todos expulsos da Força Naval, seus líderes foram enviados para o Presídio da Armada, na ilha das cobras; 97 marinheiros foram deportados para a Amazônia, metade deles para trabalhar na estrada de ferro Madeira-Mamoré e metade para trabalhar nas florestas do Acre.

Vários negros foram desterrados para o Acre sem julgamento formal ou condenação: mais de 1400 pessoas relacionadas a Revolta da Vacina, e 444 pessoas ligadas a Revolta dos Marinheiros.

Também se deslocaram para o Acre os negros nordestinos fugitivos da seca, e, os negros barbadianos que fugiam da difícil vida na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

As “migrações dirigidas”, as “marchas para o oeste” e as diversas formas de intervenção estatal para fomento a ações de políticas públicas e desenvolvimento quase sempre deixavam de fora os negros. Esses “esquecimentos” propositados se davam: ora porque não sabiam ler, ora por não terem documentações civis, ora por ser cômodo ao estado manter reserva de mão-de-obra barata.

O ESTADO INDEPENDENTE DO ACRE

Antes da “Revolução” Acreana, um espanhol nascido em Cádiz e formado em Direito, chamado Luiz Galvez Rodriguez de Árias, proclamou em Rio Branco, no dia 14 de julho de 1899, o Estado Independente do Acre. Sua intenção era tornar o Acre um país independente como a França, Inglaterra, Estados Unidos ou mesmo o Brasil.

Após a Proclamação do Estado Independente do Acre, ele mandou cartas para os principais países europeus comunicando o surgimento de um novo país. O Brasil não concordou com Galvez e deu suporte para os brasileiros e o Estado do Amazonas destruírem os intentos separatistas no Acre.

O “BOLIVIAN SYNDICATE”

A saída de Luiz Galvez da região acreana e o fim do Estado Independente do Acre não resolveram as disputas entre o Brasil e a Bolívia. A administração boliviana foi restabelecida na cidade de Puerto Alonso (atual Porto Acre) em 06 de setembro de 1900.

Logo a Bolívia começou a negociar com o “Bolivian Syndicate” – um grupo de grandes empresários ingleses e norte-americanos – a soberania da região no conflito fronteiriço. Os bolivianos pretendiam arrendar o Acre para o “Bolivian Syndicate”, e este, em contrapartida, expulsaria os brasileiros do território; porém, a notícia foi descoberta a tempo da ação ser evitada.

BOLÍVIA E BRASIL DISPUTANDO O ACRE: A “REVOLUÇÃO” ACREANA

Ao perceber que as terras acreanas poderiam gerar grandes riquezas com a exploração da borracha, o estado do Amazonas resolveu reivindicar através das armas a região, que se encontrava sob o domínio da Bolívia. Todavia, a campanha, que ficou conhecida como Expedição dos Poetas, composta de intelectuais, jornalistas, advogados e até bêbados, totalmente despreparados para uma batalha, sofreu uma derrota vergonhosa.

A resposta brasileira se deu com a escolha do jovem José Plácido de Castro, gaúcho de São Gabriel, para o comando das operações militares pela posse do Acre. Ele já havia atuado militarmente da Revolução Federalista (1893-1895) e estava no Acre trabalhando como agrimensor.

Os embates entre Brasil e Bolívia duraram meses. Os revoltosos seringueiros tomaram o Alto Acre. Finalmente, o momento decisivo se aproximava. Na madrugada do dia 6 de agosto de 1902, os brasileiros ocuparam a Vila Xapuri e prenderam as autoridades bolivianas.

O CERCO DE PORTO ACRE E A ÚLTIMA INSURREIÇÃO

O exército boliviano estava fragilizado, era formado por soldados famintos que foram enviados para combater nas terras do Acre, mas que pouco tinham de provisões e de fluxo de atividades com a sede do governo boliviano. Mais da metade do território da Bolívia já houvera sido perdido em conflitos contra Paraguai, Peru, Argentina e Chile. Os soldados bolivianos tentavam proteger a possível maior fonte de renda que tinham a disposição em seu território. Os dias iam se passando e cada vez mais a Bolívia ficava sem saída.

A última insurreição acreana se deu entre 06 de agosto de 1902 e 24 de janeiro de 1903. A rendição veio quando os brasileiros atacaram Puerto Alonso (Porto Acre), em uma batalha que durou dos dias 15 a 24 de janeiro de 1903, quando os insurretos cortaram a corrente que os bolivianos haviam colocado no rio Acre para impedir a passagem do navio “Afuá”, que trazia armas e alimentos para os revolucionários.

INDÍGENAS NAS TERRAS ACREANAS DURANTE O SÉCULO XX

Na primeira metade do século XX, dentre as diversas etnias, mais de 230 tribos indígenas entraram em contato com a sociedade nacional brasileira – estes foram “desculturados” ou destruídos por contaminações e doenças. Nesse período, as populações indígenas brasileiras caíram de cerca de um milhão de pessoas para menos de duzentas mil. No “Território do Acre” os extratores destruíram as nações ameríndias presentes nas terras em que se buscava pelo látex. Nas áreas de economia extrativa existiam 47 grupos indígenas, dos quais restaram apenas 06 grupos. 27 grupos indígenas foram integrados ao movimento de expansão da indústria extrativa de látex brasileira. 14 grupos indígenas que haviam sido mapeados como presentes nas terras da Amazônia Sul-Occidental, em fins do século XIX, desapareceram.

Nações Indígenas Isoladas na Amazônia



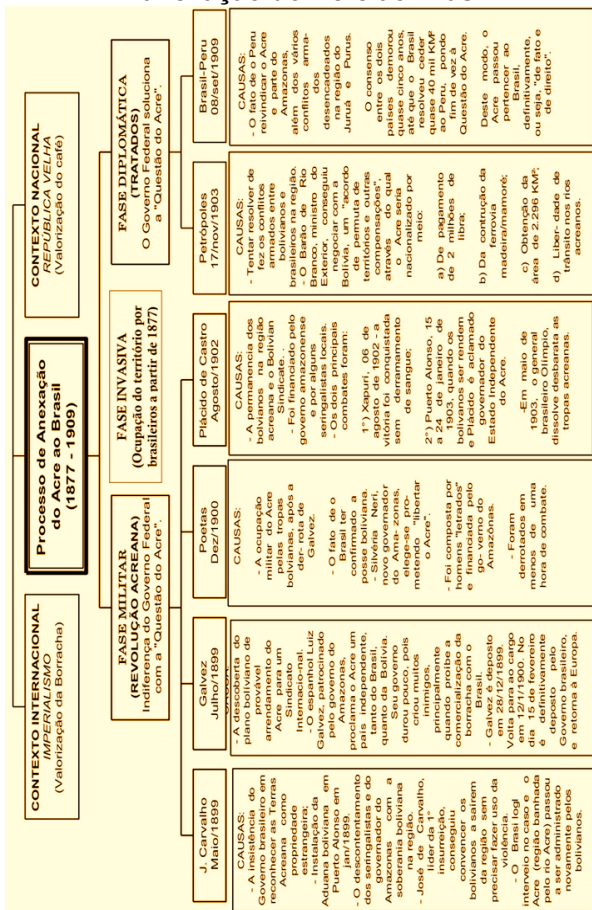
Fonte: Instituto Sócio-Ambiental, 2018.

O TRATADO DE PETRÓPOLIS E O DESTINO DO ACRE

Os conflitos entre o Brasil e a Bolívia acabaram de fato quando foi assinado o Tratado de Petrópolis, em 17 de novembro de 1903. Por este acordo, firmado por Rio Branco, Assis Brasil, Fernando Guachalla e Cláudio Pinilla, o governo brasileiro comprou o Acre dos governantes bolivianos, mediante a indenização de 2 milhões de libras esterlinas. Além disso, o Brasil se comprometia a dar parte das terras de Guaporé e Mato Grosso, a construir a estrada de ferro Madeira-Mamoré, e a abrir os rios da Amazônia para que os bolivianos escoassem sua produção pelo rio Amazonas.

Depois da assinatura do Tratado de Petrópolis surgiu uma questão: Quem governaria este rico pedaço de terra incorporado ao Brasil? Três foram os interessados: o Governo Federal Brasileiro, o Governo do estado do Amazonas e o Movimento Autonomista do Acre.

A anexação do Acre ao Brasil



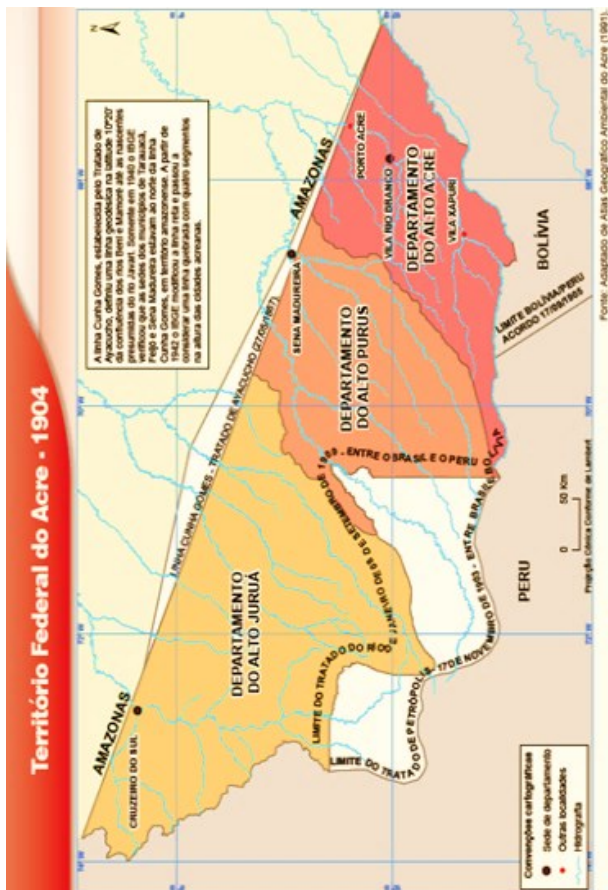
Fonte: Carneiro, 2014.

O ACRE TORNA-SE “TERRITÓRIO” SOB ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

Em 25 de fevereiro de 1904, o Congresso Nacional autorizou o Presidente do Brasil, Rodrigues Alves, a administrar o Acre. Com essa ação, o Brasil “inovou” criando o “Território do Acre” sob administração federal e, com isso, administrou a expropriação das riquezas adquiridas com a borracha acreana.

Com a transformação do Acre em Território, sob administração Federal, frustravam-se os intentos do estado do Amazonas, que reivindicava as terras como suas, e do Movimento Autonomista, que lutava para que o Acre se tornasse um estado brasileiro.

Mapa do Território do Acre - 1904



Fonte: Repositório do Memorial dos Autonomistas, 2018.

O SERINGAL COMO UNIDADE PRODUTIVA

O estado do Amazonas e a Bolívia brigavam pelo Acre devido à existência de muitas seringueiras na região. Estas árvores produziam o látex, com o qual eram confeccionadas as pelas de borracha. Naquele período, a borracha era uma riqueza tão importante que a chamavam de “ouro negro”.

Com a descoberta desta nova riqueza surgiram os seringais, unidades produtivas em que se exploravam as seringueiras, normalmente situados às margens dos rios.

O seringal era onde o seringueiro vivia, colhia o látex e produzia a borracha. Em sua estrutura, havia o barracão, as colocações, as estradas de seringa e o tapiri. Os donos dos seringais não eram os seringueiros, mas os seringalistas, os patrões.

Para estabelecer um seringal era preciso procurar um lugar apropriado para a sua fixação, construir as divisões necessárias, conseguir trabalhadores, que eram em sua maioria nordestinos e, por último, obter o fornecimento de mercadorias junto a uma casa aviadora.

O BARRACÃO, AS COLOCAÇÕES, AS ESTRADAS E OS TAPIRIS

O barracão – sede do seringal – era o setor em que se viabilizava o domínio do capital sobre a força de trabalho, a partir de mecanismos coercitivos nitidamente econômicos (a dívida no barracão) ou extraeconômicos (regulamentos, fiscalizações, castigos, etc.).

As colocações, local onde viviam os seringueiros, se dividiam em estradas de seringa. Geralmente, uma colocação podia possuir até 09 estradas, sendo trabalhada por 03 seringueiros. As estradas eram “de margens” ou “de centro”. As “de margens” saíam por um lado do tapiri indo até o outro. As de centro partiam do tapiri e iam até a estrada de seringa, sendo quase sempre “de manga” (iam e vinham pelo mesmo local). O defumador era o local onde se defumava a borracha e o tapiri era o local onde o seringueiro vivia.

O DOMÍNIO DO CAPITAL

Imponentes e alheias à vida do homem nos seringais, as casas aviadoras de Belém e Manaus controlavam a produção dos seringais. Elas financiavam com mercadorias 100% da produção, pelo sistema de aviamento, pelo qual se formava um círculo vicioso: os banqueiros e comerciantes da Inglaterra e de outros lugares da Europa aplicavam seu dinheiro na Amazônia a partir das Casas Aviadoras. Estas, por sua vez, concediam empréstimos, alimentos, armas e instrumentos de trabalho para os seringalistas pagarem com borracha. Os seringalistas vendiam aos seringueiros, a um preço muito alto, as mercadorias adquiridas nas Casas Aviadoras.

Em suma, os seringueiros precisavam comprar as mercadorias dos seringalistas para sobreviver; estes precisavam dos empréstimos das Casas Aviadoras para abrir e manter um seringal; e estas precisam vender a borracha para a Europa para continuar o ciclo.

OS VARADOUROS

Em alguns lugares da zona rural do Acre ainda existem varadouros. Eles são pequenas estradas que ligam o barracão às colocações, as colocações entre si, um seringal a outro e às sedes municipais. Através do varadouro as mercadorias eram deixadas para os seringueiros e as pelas de borracha eram trazidas para o barracão, a sede dos seringais.

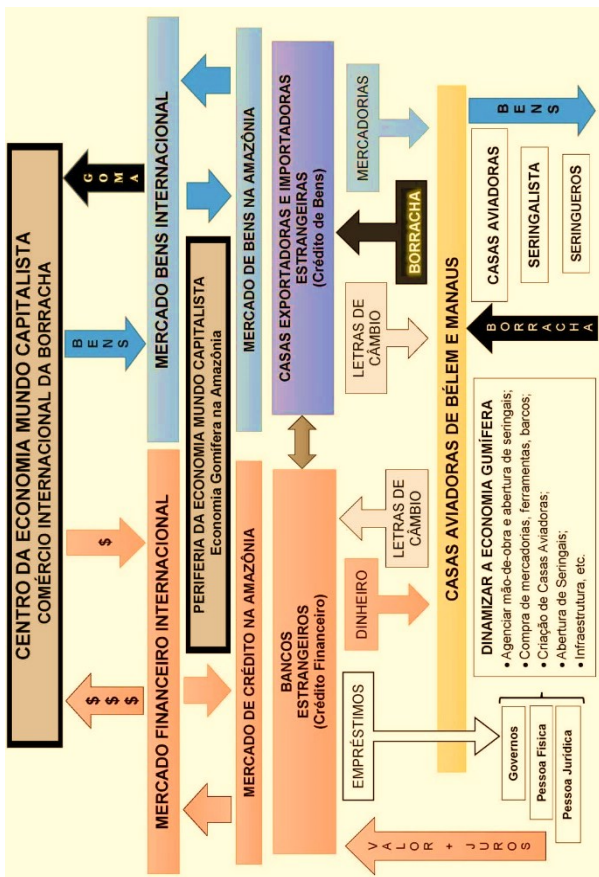
Se os rios eram as estradas por onde se escoava a produção de borracha e de mantimentos, os varadouros eram os caminhos e as trilhas no meio da floresta para o escoamento do látex e a interligação das localidades.

A DIVISÃO SOCIAL E TÉCNICA DO TRABALHO NO SERINGAL

Os trabalhadores dos seringais se dividiam em diversos setores: no primeiro, estavam o patrão ou dono, o gerente, o guarda-livros, os caixeiros, os fiscais e os noteiros; no segundo, os comboieiros; no terceiro, o mateiro, o toqueiro e o roceiro e os capangas; no quarto, os caçadores, os pescadores, os canoeiros e os cortadores de seringa, ou seja, os seringueiros.

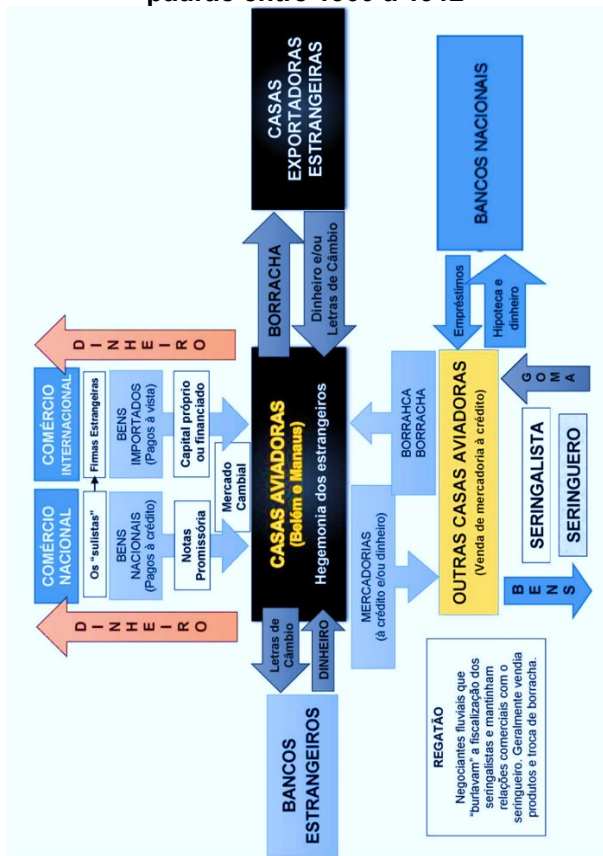
O seringueiro estava na base da pirâmide social. Justamente quem mais trabalhava no pesado para a produção do 'ouro negro da floresta' era quem menos recebia recursos e estava sempre sendo explorado em sua mão de obra.

Sistema de aviação até meados dos anos de 1880



Fonte: Carneiro, 2014.

Sistema de aviamento padrão entre 1900 a 1912



Fonte: Carneiro, 2014.

O SISTEMA DE AVIAMENTO

O sistema de aviamento compunha-se de elementos interdependentes e funcionava da seguinte maneira: o seringueiro produzia a borracha e entregava para os seringalistas, que entregavam para as casas aviadoras, que entregavam para o capital industrial financeiro.

O “CAUCHO” ACREANO

Além da seringueira, existia na região acreana outra árvore da qual se extraía o látex. Era o “caucho”, que fornecia mais leite que a seringueira; porém, a árvore precisava ser cortada para que o caucho fosse extraído, enquanto a seringueira precisava apenas ser “riscada” no caule. Os peruanos que produziam borracha a partir do leite dessa outra árvore, eram chamados de caucheiros.

“PRIMEIRO SURTO” DA BORRACHA NO ACRE

Durante muito tempo, o Brasil não se interessou em explorar as terras da Amazônia. As expedições que chegavam à região destinavam-se basicamente à coleta de “drogas do sertão”. No final do século XVII, em uma dessas viagens, os europeus se admiraram quando viram que os indígenas brincavam com uma bola que, ao ser jogada ao encontro do solo, pulava, e isso desafiava as leis naturais.

Os europeus “descobriram” que essas bolas eram feitas de borracha, e, com isso, vários países ficaram sabendo da descoberta e mandaram cientistas e botânicos para analisar o leite da seringueira. Um deles, Charles Marie de La Condamine (1701- 1774), descobriu que o látex era muito resistente.

No final do século XIX, a indústria automobilística mundial vibrou com a descoberta de borracha na Amazônia. Passaram, então, a explorar o “ouro negro”, existente em abundância nas terras hoje acreanas. Com o “primeiro surto” da borracha, que se deu de 1879 a 1912, vários nordestinos migraram para o Acre em busca de uma vida melhor e de riquezas.

A CRISE DA BORRACHA AMAZÔNICA

O contrabando de sementes das seringueiras da Amazônia para formar os seringais da Malásia trouxe a grande crise da borracha ao Brasil. As indústrias estrangeiras começaram a receber um produto muito mais barato que o da Amazônia.

Belém e Manaus eram as principais cidades que recebiam a borracha e principalmente o lucro desse trabalho. A profunda crise levou à falência seus comerciantes.

O Acre foi duramente atingido pela crise, tendo suas finanças diminuídas. Surgia, assim, na localidade, uma economia baseada no cultivo de vários produtos agrícolas, como mandioca, arroz, feijão e milho.

O “SEGUNDO SURTO” DA BORRACHA

O “segundo surto” da borracha ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Nessa época, o Acre voltou a ser o principal fornecedor de borracha, pelo fato de o Japão haver tomado os seringais da Malásia, deixando os EUA, a Inglaterra e a França sem o produto (principal matéria-prima da guerra).

OS ACORDOS DE WASHINGTON

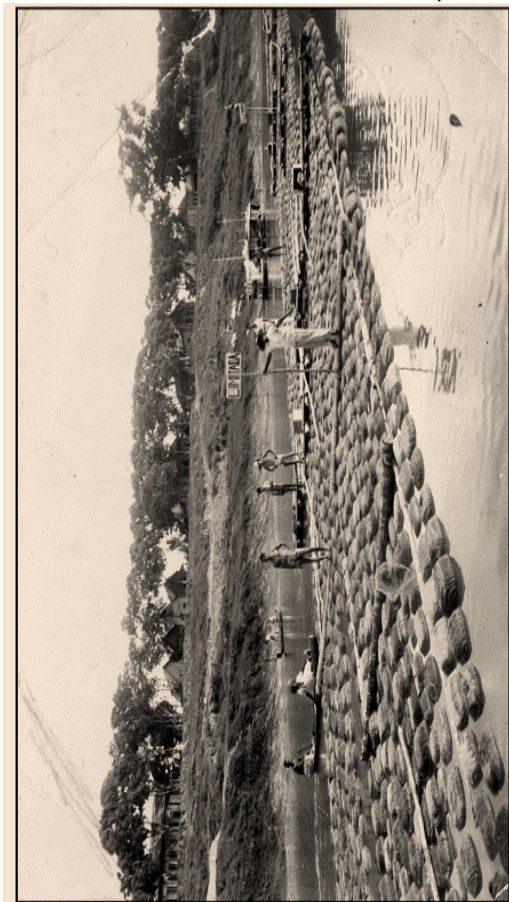
Para assegurar a migração de nordestinos (soldados da borracha), além da liberação de tanques, armas e equipamentos foram assinados os Acordos de Washington. O objetivo desses acordos era reativar os seringais da Amazônia. Para manter os vários acordos realizados pelos EUA foi criado o Banco de Crédito da Borracha.

A BATALHA DA BORRACHA

Durante a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de recrutar homens de todas as regiões para o corte da seringa, a “Batalha da Borracha” trouxe ao Acre milhares de migrantes nordestinos que para cá vieram se refugiar da seca.

Ao trocar os fuzis pelas facas de seringas, os campos de batalhas pela selva amazônica, esses homens foram responsáveis pela imensa produção de látex durante o “segundo ciclo” da borracha, visando, abastecer principalmente os países Aliados que estavam na Grande Guerra.

Balsa de Pelas de Borracha, 1950.



Balsa de pélas de borracha da Casa Aviadora "A Limitada".
Década de 1950.

Fonte: Repositório do Memorial dos Autonomistas, 2018.

MULHERES INVISIBILIZADAS E A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA

A participação das mulheres no processo de formação social do Acre foi desconsiderada pela historiografia oficial; bem como a construção cotidiana da resistência feminina em meio a floresta, em seu modo de vida. Quase sempre elas aparecem como apêndice de um homem que pode ser seu pai, marido, irmão, patrão ou, quando muito, como coadjuvantes de ações e/ou situações que se desenvolveram.

Desde o início, as mulheres se tornaram companheiras e parceiras fundamentais para a sobrevivência dos seringueiros. O trabalho das mulheres na atividade produtiva não foi apenas uma “ajuda” aos homens. As mulheres trabalharam muito nos seringais, participando de todo o processo produtivo da borracha, colhendo leite, defumando e participando de todas as etapas do processo de produção do látex.

Muitas mulheres eram tratadas como objetos sexuais ou moeda de troca pelos

donos dos seringais. As mulheres indígenas também tiveram seu sofrimento aumentado quando ocorreu a expansão dos seringais. Durante as correrias, os homens eram assassinados e as mulheres e meninas eram levadas para serem vendidas como escravas e companheiras dos seringueiros.

A jornada de trabalho das mulheres era imensa, tanto na zona rural quanto nas periferias das cidades acreanas, uma vez que elas incorporaram todas as atividades da unidade produtiva, além de cuidar dos afazeres da casa e das crianças.

Ao chegar de um árduo dia de labuta, outra jornada de trabalho as aguardava: limpar a casa, preparar a comida, cuidar da roupa suja e zelar pelas crianças.

Mulheres Jaminawas, Amoácas e filhos



Fonte: Brasileira Fotográfica Digital, [1913] 2023.

A ELEVAÇÃO DO ACRE A ESTADO

O Acre foi elevado à categoria de estado em 15 de junho de 1962, com a assinatura da Lei 4.070, pelo presidente João Goulart. O Projeto foi apresentado em 1957 pelo Senador José Guimard dos Santos, que foi governador do “Território do Acre” no período de 1946 a 1950.

A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

O Acre, durante cinquenta e oito anos, não teve sua própria Constituição, sendo governado pelas normas da Constituição Federal. Em 07 de outubro de 1962, o povo acreano elegeu seus primeiros governantes. Em 1.º de março de 1963, promulgaram a primeira Constituição Acreana, que passou por modificações em 1971, sendo novamente promulgada em 3 de outubro de 1989 e atualizada por meio da Emenda Constitucional n.º 54, de 12 dezembro 2019.

O ACRE “MODERNO”

Devido à borracha ser a principal atividade econômica no Acre, as pessoas moravam mais nos seringais que nas cidades. Contudo, no período entre 1927 e 1930 esse quadro começou a mudar. Nessa época, o Acre foi governado pelo advogado e engenheiro paraense Hugo Carneiro. Ele ficou conhecido como o governador que trouxe a “modernidade” para o Acre, em especial para a cidade de Rio Branco, segundo o modelo europeu de urbanização que estava sendo usado à época em Paris, na França.

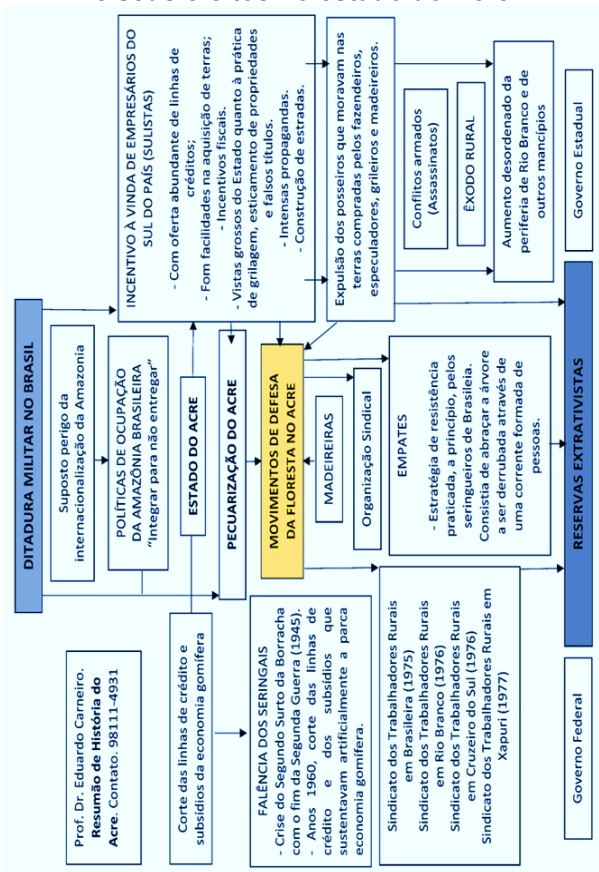
Não existiam nem casas, nem prédios de alvenaria no Acre. Foi ele quem iniciou as construções do Palácio Rio Branco, que, até então, era um barracão de madeira coberto por telhas de barro. Em seu governo foi também construído o Mercado Municipal de Rio Branco, conhecido hoje como “Novo Mercado Velho”, o Quartel da Polícia Militar, e foi instalada a agência do Banco do Brasil no Acre. Enfim, esse governador tentou transformar Rio Branco em uma cidade “moderna” para a Amazônia na época.

A EXPANSÃO DA PECUÁRIA

Em 1964, por meio de um golpe, os militares instalaram um regime político no Brasil chamado de Ditadura. A Ditadura Militar durou cerca de 21 anos (1964-1985). Quando os militares assumiram a Presidência da República, traçaram um plano econômico específico para a Amazônia. Decidiram que o Acre deveria adotar uma atividade econômica mais moderna, substituindo a coleta de castanha, a criação de animais para a subsistência e a extração da borracha pela agropecuária.

Na década de 1970, o Acre passou pela expansão do capitalismo. Compradores do Centro-Sul do Brasil começaram a ter interesse pelas terras acreanas, devido à crise do extrativismo que barateou o preço das terras. Eles compravam imensas áreas por preços baratos e revendiam por preços bem maiores, outros derrubavam a floresta e faziam pasto para gado.

A Ditadura Militar Brasileira e seus efeitos no estado do Acre



Fonte: Carneiro, 2014.

O EMPATE E A PERMANÊNCIA DA FLORESTA EM PÉ

O Governo Federal, durante a Ditadura Militar, atuou com projetos de colonização que tinham o duplo objetivo de amenizar as tensões políticas geradas pelos conflitos sociais em torno da disputa pela terra na região e, ao mesmo tempo, davam segmento à “modernização conservadora” ao nível nacional.

A resistência seringueira frente à expansão da pecuária se intensificou a partir da organização dos sindicatos apoiados pela CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) e pela Igreja Católica, que se identificava com a Teologia da Libertação. Surgiram novas formas de luta e mobilizações coletivas que se notabilizaram como “empates”.

O “INCHAMENTO” DA CIDADE DE RIO BRANCO

Com a política desenvolvimentista para a Amazônia, o Governo Federal, em parceria com o Governo estadual de Wanderley Dantas, decidiu implantar a agropecuária no Acre. Isso acarretou um desequilíbrio populacional no estado.

Migrantes, principalmente do Centro-Sul do Brasil, conhecidos como “paulistas” compravam terras para transformarem em pastos para gado. Essas terras, porém, estavam sendo ocupadas por seringueiros desde a época dos seringais.

Grande parte dos seringueiros foram expulsos de suas terras e passaram a morar na periferia das cidades, principalmente da Capital Rio Branco, “inchando” o cinturão de pobreza na periferia estendida.

Com isso, a cidade de Rio Branco cresceu muito; alguns historiadores dizem que ela “inchou”. Nesse período, foram criados bairros como Taquari, Cidade Nova, Placas, Sobral, Bahia, Palheiral, João Eduardo, entre outros. Além dos acreanos, na cidade de Rio Branco já viviam os sírios, libaneses, além dos nordestinos, que vinham dos seringais para a cidade. Também vieram para o Acre e para a cidade de Rio Branco pessoas de vários lugares, principalmente das regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil.

A LUTA PELA POSSE DA TERRA E A AUSÊNCIA DE REFORMA AGRÁRIA

A luta pela posse da terra na Amazônia Sul-Occidental tem, no mínimo, dois lados: o dos fazendeiros ricos que por vezes atuam conjuntamente com grileiros e o dos posseiros e colonos que atuam como seringueiros, agricultores ou pescadores.

Os conflitos ocorridos no Acre, principalmente a partir de 1970 até fins da década de 1980, foram decorrentes de dois fatores significativos: o primeiro foi a suspensão dos subsídios à produção de borracha por parte do Governo Federal, que resolveu direcionar esses recursos para a agropecuária; por outro lado, o Governo do Acre desenvolveu uma política de atração de empresas do Sul do país para adquirirem terras no Acre, e, conseqüentemente, implantarem projetos agropecuários. Com a atividade econômica da agropecuária, os seringueiros foram expulsos de suas terras e houve a formação de mão de obra livre, como posseiros e arrendatários.

Os seringueiros que viviam nas terras ancestrais há décadas, não se adaptaram ao sistema de colonização proposto pelo INCRA

e pelos Projetos do Governo Federal. Os Sindicatos Rurais, com a liderança de homens como Elias Rosendo, Wilson Pinheiro, Osmarino Amâncio e Chico Mendes, na luta pela posse da terra, propuseram como alternativa a regularização jurídica dos seringais e a valorização dos saberes e conhecimentos desenvolvidos no convívio com a floresta. A isso, posteriormente, se deu o nome de Reservas Extrativistas.

Até o estabelecimento das Resex, vários líderes dos trabalhadores rurais foram assassinados, principalmente nas décadas de 1970 e 1980. Wilson Pinheiro, do sindicato de Brasileia, foi assassinado em 1980, e, Chico Mendes, do sindicato de Xapuri, foi assassinado em 1988.

Ao analisar a proposição e motivação que originaram as reservas extrativistas e correlacioná-las ao contexto atual em que vivem seus habitantes é possível afirmar que estas não atenderam a seus objetivos iniciais de preservação das florestas, fomento à produção sustentável e manutenção das famílias na terra.

A LONGA DÉCADA DE 1990

A hiperinflação brasileira alcançou seu auge na década de 1990. Aliás, essa década foi de mudanças consideráveis para o Brasil e para o Acre. Em 1994, às vésperas do Plano Real, a inflação acumulada no ano estava em 4.922,60%, algo impensável para os dias atuais. A estabilização econômica iniciou em 1994, mas antes, o Acre passou por momentos de tensão.

O Governador acreano Edmundo Pinto, foi morto a tiros, no dia 17 de maio de 1992, no Hotel Della Volpe Garden, dois dias antes de depor na CPI que investigava o Superfaturamento de obras no Acre. Nessa mesma década houve o início do movimento político que se convencionou chamar de “Vianismo”. O novo governo acreano fomentou a intensificação de investigações de grupos armados nominados pela mídia como sendo “Esquadrão da Morte”. Com o fiasco brasileiro na copa de 1998 e as constantes faltas de energia ocasionadas por “mucuras que comem fios elétricos”, restava apenas aguardar o aterrador “Bug do Milênio”.

Divisão Territorial do Acre

DIVISÃO TERRITORIAL

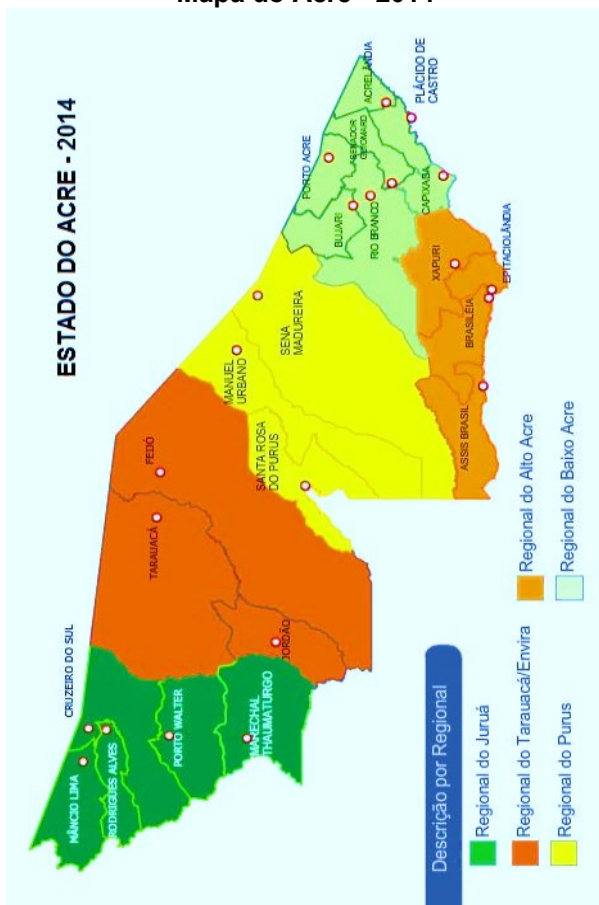
Divisão territorial por mesorregiões, regionais e municípios

Mesorregiões e regionais	Municípios	Área Territorial (Hectares)	Participação na área do Estado (%)
Mesorregião Vale do Acre		7.867.520,10	47,94
Regional Purus	Manoel Urbano	4.053.180,00	24,70
	Santa Rosa do Purus		
	Sena Madureira		
Regional Baixo Acre	Acrelândia	2.225.048,80	13,56
	Bujari		
	Capixaba		
	Plácido de Castro		
	Porto Acre		
	Senador Guiomard		
	Rio Branco		
Regional Alto Acre	Assis Brasil	1.589.291,30	9,68
	Brasiléia		
	Epitaciolândia		
	Xapuri		
Mesorregião Vale do Juruá		8.544.851,10	52,06
Regional Juruá	Cruzeiro do Sul	3.194.472,80	19,46
	Mâncio Lima		
	Marechal Thaumaturgo		
	Porto Walter		
Regional Tarauacá-Envira	Rodrigues Alves	5.350.378,30	32,60
	Feijó		
	Jordão		
	Tarauacá		
Acre		16.412.371,20	100,00

Fonte: IBGE, Resolução nº 07, de 04 de dezembro de 2015.
Nota: Dados alterados em relação a publicação anterior.

Fonte: Acre, 2017.

Mapa do Acre - 2014



Fonte: Repositório do Memorial dos Autonomistas, 2014.

O ACRE DOS TEMPOS DIFUSOS E DO ESPAÇO DIVERSO

No Acre, há dois padrões de organização espacial que coexistem simultaneamente: um, é direcionado ao rio e o outro para as rodovias. As organizações espaciais diversas denotam a existência de tempos diferenciados. O “Acre rápido” é representado por parte do território que é objeto de planejamento governamental a partir da década de 1960, com a implantação de energia elétrica, rodovias e comunicações. Enquanto o “Acre mais lento” aporta nas relações dos ribeirinhos, da circulação fluvial e da diversidade cultural no âmbito da floresta. Dois tempos do viver em um espaço diverso de sociabilidades e construções que aportam no fazer cotidiano.

Evolução Política do Acre

A EVOLUÇÃO POLÍTICA DO ACRE	
Estado Independente do Acre (1.889 – interrupções – 1904)	
<ul style="list-style-type: none">• Luis Gálvez Rodríguez de Arias (14 de julho de 1.889 a 1º de janeiro de 1.900);• Antônio de Sousa Braga (assume depois do Golpe de estado a de 1º a 30 de janeiro de 1.900);• Luis Gálvez Rodríguez de Arias (de 30 de janeiro a 15 de março de 1.900);• Joaquim Vitor da Silva (assume interinamente de 15 de março a 25 de abril de 1.900);	
Reincorporação à Bolívia <ul style="list-style-type: none">• De 25/04/1.900 a 07/08/1.902	Novamente declarado Independente <ul style="list-style-type: none">• José Plácido de Castro De 07/08/1.902 a 25/02/1.904
TERRITÓRIO DO ACRE (sob administração Federal) (1.904 – 1.962)	
Departamentos <ul style="list-style-type: none">• Decreto n.º 1.181, de 25/02/1.904;• Decreto n.º 5.188, de 07/04/1.904;• Decreto n.º 5.188, de 07/04/1.904;• Decreto n.º 6.406, de 08/03/1.907;• Decreto n.º 1.820, de 19/12/1.907;• Decreto n.º 9.831, de 23/10/1.912;• Adm. Prefeitos nomeados pelo Gov. Federal;• Depto. Alto Acre – sede em Rio Branco;• Depto. Alto Purus – sede em Senna Madureira;• Depto. Alto Juruá – sede em Cruzeiro do Sul;• Movimento dos Autonomistas – 1.910;• Em 1.912 é criado o Departamento do Alto Tarauacá – sede em Villa Seabra..	Governo Central <ul style="list-style-type: none">• Decreto n.º 14.383, de 01/10/1920, reorganiza, unifica e institui Rio Branco como Capital;• São criados os municípios de Rio Branco, Xapury, Purús, Tarauacá e Juruá;• Administração por Governadores Gerais;• Extinção dos Departamentos;• 1.932 – Estatuto dos Autonomistas;• Lei n.º 366, de 30/12/1.936;• 1937 – Câmaras Municipais fechadas;• Decreto Lei n.º 968, de 21/12/1.938 – Cria os municípios de Feijó e Brasília (atual Brasília);• Partidos PTB e PSD;• Anibal Miranda F. da Silva (Gov. Provisório).
ESTADO DO ACRE (1.962 – atual)	
A Efêmera Autonomia (1.962 – 1.964)	
LEI n.º 4.070, de 15/06/1.962 Governador José Augusto de Araújo (PTB)	
<ul style="list-style-type: none">• Criação de 06 municípios em 1.963: Mâncio Lima, Assis Brasil, Epitaciolândia, Manoel Urbano, Plácido de Castro e Quinari (instalados somente em 1.976 – Lei Estadual n.º 588, de 14/05/1.976).	
Período Ditatorial (1.964 – 1.985) Bipartidarismo <ul style="list-style-type: none">• Edgar Pereira Cerqueira (1.964 – 1.966);• Jorge Kalume (1.967 – 1.971);• Francisco Wanderley Dantas (1.971 – 1.975);• Geraldo Gurgel de Mesquita (1.975 – 1.979);• Joaquim Falcão Macedo (1.979 – 1.983); <ul style="list-style-type: none">• Falência dos seringais – Conflitos pela posse da terra – Empates – Mortes – Exodo rural;• Lei estadual n.º 1.025, de 28/04/1.992 – são criados 10 municípios: Rodrigues Alves, Epitaciolândia, Acrelândia, Santa Rosa do Purus, Capixaba, Bujari, Porto Walter, Porto Acre, Jordão e Marechal Thaumaturgo;• Nova Linha Cunha Gomes (03/02/2008).	Período Democrático (1.982 – atual) Reabertura Política <ul style="list-style-type: none">• Nabor T. da Rocha Júnior (1.983 – 1.986);• Iolanda Lima (1.986 – 1.987);• Flaviano Melo (1.987 – 1.990);• Edson Cadaxo (1.990 – 1.991);• Edmundo Pinto [assassinado] (1.991 – 1.992); O Acre passa a ter 22 municípios;• Romildo Magalhães (1.992 – 1.994);• Orleir Cameli (1.995 – 1.998); Vianismo <ul style="list-style-type: none">• Jorge Viana (01/01/1.999 – 01/01/1.997);• Arnóbio Marques (01/01/1.997 – 01/01/2.011);• Sebastião Viana (01/01/2.011 – 01/01/2.019); Fim do Vianismo <ul style="list-style-type: none">• Gladson Cameli (01/01/2.019 – atual)

Fonte: Elaborada a partir de Lima, 2006; Carneiro, 2014.

O ACRE E O SÉCULO XXI

Somos 906.876 habitantes em uma área de 164.173,431 km², distribuídos por 22 municípios que conhecem uma verdade: O “Bug do Milênio” não veio e, com sua ausência, notamos outras ausências que destoam da “verdade oficial”. Percebemos que a rodovia interoceânica é realidade apenas do lado brasileiro. A BR-364 está sendo construída há mais de 30 anos e ainda não está concluída.

O Acre mudou de horário por força de lei e por voto popular, em referendo, retornou ao horário existente desde 1913. A educação atende mais pessoas que antes. Foi produzida uma minissérie contando parcialmente a história do Acre.

A imigração é uma realidade: desde 2012 já entraram mais de dez mil haitianos no Acre, e, em 2014, começaram a vir migrantes de outras nacionalidades, de dois continentes.

Com o alagamento de 2014, uma lâmina de água de 1,65 metros passou por cima da BR-364, deixando o Acre isolado do

restante do Brasil por mais de 02 meses e as prateleiras dos supermercados desabastecidas. Por coincidência, a BR-364 ficou embaixo d'água após as barragens das hidrelétricas do Rio Madeira serem construídas.

Muita água passou pelo rio em 2014. A Seleção brasileira de futebol perdeu de 07 a 01 para a Seleção alemã. O rio Acre encheu novamente e transbordou em 2015, com 18,5 metros, assim como transbordaram denúncias contra a Fifa e contra o “Pai dos pobres”.

Enquanto o FBI prendia ex-presidentes da CBF e da Fifa, a Justiça Federal brasileira usou um “lava jato” contra os corruptos.

O Solo da BR-364 derreteu, de novo, com as chuvas. A Presidente, agora “desportista”, foi afastada pelo Senado por prática de “pedaladas fiscais”. 2016 ainda nem terminara e o PMDB emplacara seu terceiro presidente não eleito pelo voto direto.

O Acre segue alinhavando sua história no ano em que começa a pagar os empréstimos bilionários que contraiu.

Na tessitura de retalhos as ideologias esquerdistas começam a perder espaço para um governo “salvacionista”. “Los Hermanos” recuaram em suas bravatas de intervenção nas “terras brasilis” ao verem os exercícios de treinamento do “Exército de Caxias” nas terras deste rincão Sul-Occidental.

Que dizer do tempo presente? O tempo dirá quais foram nossos erros. Quanto a nossos acertos, foram maiores, com certeza. Que venham outros retalhos para serem costurados às dobraduras alinhavadas do contexto histórico.

Principais datas Festivas e Históricas

Principais datas festivas e históricas		
Estado e municípios	Eventos	Data
Acre	Início da Revolução Acreana	6 de agosto
	Término da Revolução Acreana	24 de janeiro
	Assinatura do Tratado de Petrópolis	17 de novembro
	Aniv. do nascimento de Plácido de Castro	7 de setembro
	Aniversário da morte de Plácido de Castro	11 de agosto
	Aniversário do Estado	15 de junho
Acrelândia	Aniversário da cidade	28 de abril
Assis Brasil	Aniversário da cidade	14 de maio
	Festa de N. S. do Perpétuo Socorro	31 de maio
	Festa folclórica	2ª semana de agosto
	Festival de praia	Julho a agosto
Brasiléia	Aniversário da cidade	3 de julho
	Festa de São Francisco	4 de outubro
	Festa de Nossa Senhora das Dores	17 de setembro
Bujari	Aniversário da cidade	28 de abril
	Festa de São João Batista - Padroeiro da Cidade	24 de junho
Capixaba	Aniversário da cidade	28 de abril
Cruzeiro do Sul	Aniversário da cidade	28 de setembro
	Início do Novenário de Nossa Senhora da Glória	6 de agosto
	Festa da Nossa Senhora da Glória	15 de agosto
	Consolidação da Soberania Nacional do Juruá	5 de novembro
Epitaciolândia	Aniversário da cidade	28 de abril
	Festa de São Sebastião	20 de janeiro
Feijó	Aniversário da cidade	21 de dezembro
	Festival do Açaí	Agosto
	Festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	16 de julho
Jordão	Aniversário da cidade	28 de abril
	Festival Indígena Xina Bena (Huni Kui)	Maio
Mâncio Lima	Aniversário da cidade	30 de maio
	Festa de São Sebastião	20 de janeiro
Manoel Urbano	Aniversário da cidade	14 de maio
	Festival de praia	Julho e agosto

Fonte: Acre, 2017.

Principais datas Festivas e Históricas

Principais datas festivas e históricas		
Estado e municípios	Eventos	Data
Marechal Thaumaturgo	Aniversário da cidade	28 de abril
	Festival Indígena Piarentsi (Ashaninkas)	Junho
	Festival Indígena Corredor Pano (Kuntanawas)	Outubro
Plácido de Castro	Aniversário da cidade	30 de março
	Festa do Bom Jesus do Abunã	7 e 8 de julho
	Festival de praia	5, 6 e 7 de setembro
Porto Acre	Aniversário da cidade	24 de janeiro
	Círio de Nossa Senhora de Nazaré	4º domingo de outubro
	Criação do município	28 de abril
Porto Walter	Aniversário da cidade	25 de junho
	Novenário de Nossa Senhora da Imaculada Conceição	29 de novembro a 8 de dezembro
Rio Branco	Feira da Expoacre	Julho
	Festival de Cultura Caipira	1ª semana de julho
	Festival Estudantil da Canção	Final de outubro e início de novembro
	Aniversário de Rio Branco	28 de dezembro
Rodrigues Alves	Aniversário da cidade	28 de abril
Sena Madureira	Aniversário da cidade	25 de setembro
	Festa de Nossa Senhora da Conceição	8 de dezembro
	Cavalhada	7 a 25 de setembro
	Festival do Mandi	14 de setembro
Senador Guiomard	Aniversário da cidade	6 de maio
	Festa de Nossa Senhora das Graças	8 de junho
Santa Rosa do Purus	Aniversário da cidade	28 de abril
Taruacá	Aniversário da cidade	24 de abril
	Festival de praia	Julho e agosto
	Novenário de São Francisco	26 de setembro
	Festival Indígena Yawa (Yawanawas)	Outubro
Xapuri	Aniversário da cidade	22 de março
	Festa de São Sebastião	20 de janeiro
	Semana Chico Mendes	Dezembro

Fonte: Fundação Elias Mansour.

Fonte: Acre, 2017.

REFERÊNCIAS

ACRE. **Acre em números 2017**. Rio Branco: Seplan, 2017.

ACUÑA, Cristobal. **Nuevo Descubrimiento del Grande Rio de las Amazonas**. Madri: 1641.

BEZERRA, Maria José. **Invenções do Acre: de território a estado – um olhar social**. São Paulo, 2006, 383f. PPG em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2006.

CAPISTRANO DE ABREU, João. **Capítulos de História Colonial e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

CARNEIRO, Eduardo de Araújo. **“A Fundação do Acre”**: um estudo sobre comemorações cívicas e abusos da história. 2014. 467 p. Tese. (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2014.

CARVALHO, José Alberto Magno de. **Migrações internas na Região Norte**. Belém: Sudam, 1974.

COSTA, João Craveiro. **A Conquista do Deserto Ocidental**. 2 ed. Rio Branco (Acre): Fundação Cultural do Acre, 1998.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. **No tempo dos seringais**: o cotidiano o e a sociedade da borracha. 3 ed. São Paulo: Atual, 1997.

GÓES FILHO, Synezio Sampaio. **Navegantes, bandeirantes, diplomatas**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

LIMA, Manoel Ferreira. **O Acre**: seus aspectos físicos e geográficos, sócio-econômicos, históricos e seus problemas. V. 1. Rio Branco (AC), 1982.

LIMA, Reginâmio B. **Sobre Terras e Gentes**: o terceiro eixo ocupacional de Rio Branco. João Pessoa: Ideia, 2006.

LIMA, Reginâmio B; BONIFÁCIO, Maria Iracilda G. C.; ALMEIDA, Lelcia M. M. (Orgs). **Habitantes e Habitat**: a expansão da fronteira. Rio Branco: Boni, 2007.

MARTINELLO, Pedro. **A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial**. Rio Branco: Edufac, 2004.

MOREL, Edmar. **A Amazônia saqueada**. São Paulo: Global, 1984.

OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de. **O sertanejo, o brabo e o posseiro**: a periferia de Rio Branco e os cem anos de andança da população acreana. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1982.

POTIGUARA, José. **Terra caída**. 3 ed. Rio Branco: Fundação Cultural do Acre, 1998.

REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. 3 ed. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968.

REIS, Arthur César Ferreira. **Limites e demarcações na Amazônia brasileira**: a fronteira com as colônias espanholas. Vol. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

SMITH, Anthony. **Os conquistadores do Amazonas**. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. **A história do Acre**: novos temas, nova abordagem. Rio Branco: Editor Carlos Alberto Alves de Souza, 2002.

SOUZA, Márcio. **Galvez**: imperador do Acre. São Paulo: Marco Zero, 1995.

TOCANTINS, Leandro. **Formação histórica do Acre**. V. I e II. 4 ed. Brasília: Senado Federal, 2001.

Reginâmio Bonifácio de Lima

Cientista, teólogo e literata. É Professor de História na Universidade Federal do Acre (desde 2013). Autista, negro e sonhador. Pós-Doutor em Patrimônio Histórico e Cultural (PUCRS – 2024). Doutor em História (PUCRS – 2023). Doutor em Teologia (FATEBOM – 2005). Licenciado em História (Ufac – 2001). Membro da Academia Brasileira Virtual de Letras (desde 2008). Sócio efetivo da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC (desde 2013). Vice Coordenador da 22ª SBPC Jovem (2014). Membro da Academia Acreana de Letras (desde 2015). Pesquisador do Laboratório de Estudos Educacionais e Humanísticos Aplicados da Ufac (desde 2015). Editor de três revistas científicas “Qualis A”. Pesquisador do Laboratório de Pesquisas Arqueológicas da PUCRS (desde 2021). Embaixador da ONBH (2024). Líder do Grupo de Pesquisa Sobre Terras e Gentes, ligado ao CNPq.



E-mail: reginamio.lima@ufac.br.

Reginâmio Lima é o autor de várias obras, dentre as quais: Da morte para a vida (1993); Sobre Terras e Gentes (2006; 2020); O Sermão da Montanha (2006; 2010); Retorno à Santidade (2006; 2010); Habitantes e Habitat (2007; 2009); Habitantes e Habitat: a expansão da fronteira (2007); Proerd Rio Branco (2007); Proerd Acre (2008); Memórias de Velhos (2008; 2020); Habitantes e Habitat: Vila do Incra e Porto Acre (2009); Contos e Poesias de Minha Terra (2009); O Monte: em busca do Altíssimo (2010); Israel: testemunhas do reino (2010); Jesus: a missão do Cristo (2010); Matriz curricular para a formação da Guarda Mirim (2013); Uma História do Acre em Retalhos (2014; 2022; 2023, 2024); Literacia: ler, sonhar, viajar (2018); Foi assim (2019); A saga do herói (2019); O livro: da ideia à publicação (2021); Memorial 40 anos do Colégio de Aplicação da Ufac (2021); Caminhos da Educação (2021); Poesias de Amor, desalento e acalanto (2022); Pedra Cinza (2023); Ao sol carta é farol (2024); Uma história do Acre em retalhos (2025); Uma geografia do Acre para estudantes (2025); Uma história do Acre para estudantes (2025); e, dezenas de capítulos de livros e artigos científicos publicados.

Luciana Pereira Ogando

É Professora de Inglês na Universidade Federal do Acre (desde 2013). É Doutora em Educação (SAINT PETER'S /USA, 2023); é Mestre em Linguagem e Identidade (Ufac, 2017); é Especialista em Língua Inglesa (Unigranrio, 2001); é Licenciada em Letras Português/Inglês (Fenord, 1999). Pesquisadora de práticas de ensino e estágio de professor-aluno em inglês.



E-mail: Luciana.ogando@ufac.br

Luciana Ogando é a autora de várias obras, dentre as quais: O jogo eletrônico Trace Effect como ferramenta complementar na reaplicação da aprendizagem da língua Inglesa (2019); Os sentidos construídos sobre o estágio supervisionado de letras/inglês: os saberes da teoria e da prática (2017); Uma história do Acre para estudantes (2014); além de capítulos de livros e artigos científicos publicados.

Débora Souza do Nascimento

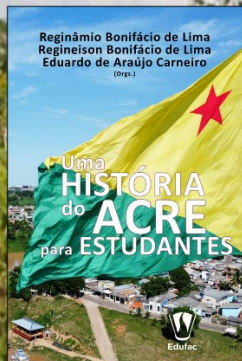
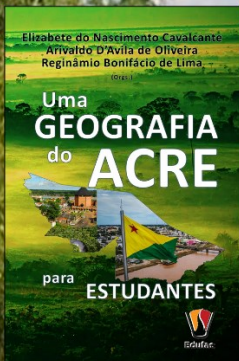
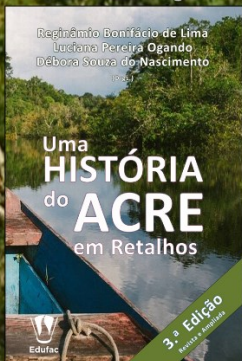
Foi Professora de História na Universidade Federal do Acre (2013 e 2014). Doutora em História (PUCSP, 2019); Mestre em Linguagem e Identidade (Ufac, 2013); Especialista em Docência do Ensino Superior (Uninove, 2017); Licenciada em História (Ufac, 2008).



E-mail: debora_historia@yahoo.com.br

Débora Nascimento é a autora de várias obras, dentre as quais: Crimes de Defloração na Cidade de São Paulo, 1900-193 (2019); O Local – Imaginário e Real: Escritos sobre História Regional; Uma Breve História da Submissão Corporal (2017); Uma história do Acre para estudantes (2014); além de capítulos de livros e artigos científicos publicados.

Coleção “O Acre em recortes”



Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas.

Rubem Alves



ISBN 978-85-8236-125-2



9 788582 361252

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO

